

E a situação fiscal?

Entrevista com Dércio Garcia Munhoz e artigos de Carlos Eduardo de Carvalho e Giuliano Contento de Oliveira, Denise Lobato Gentil e Rodrigo de Ávila discutem a situação fiscal do país em tempos de crise.

Programação do Dia do Economista em 13 de agosto no auditório do Conselho



Editorial

E a situação fiscal?

■ O presente número do Jornal dos Economistas privilegia a discussão da situação fiscal do país.

Os desdobramentos da crise econômica mundial no cenário interno nacional provocaram uma redução da atividade econômica, e a consequente queda da arrecadação fiscal, neste primeiro semestre de 2009.

Além disso, as próprias medidas adotadas pelo governo federal, com a desoneração de impostos sobre a produção de veículos e eletrodomésticos, entre outros, ao mesmo tempo em que assistimos uma gradual redução da taxa Selic e também da meta para o superávit primário, conforma um novo quadro nas contas do governo.

Quais os limites e possibilidades que esta nova realidade nos impõe?


O anúncio da manutenção da política de reajustes dos vencimentos dos servidores públicos federais, a ampliação dos recursos aplicados nas políticas de transferência de renda a setores vulneráveis da população e a possibilidade de aprovação de medidas que atenderiam aos segurados do INSS – como, por exemplo, o fim do fator previdenciário, em discussão no Congresso Nacional – são iniciativas muitas vezes apontadas como medidas incompatíveis com a atual conjuntura econômica e financeira do país.

Neste contexto, o artigo dos professores Carlos Eduardo de Carvalho e Giuliano Contento de Oliveira nos introduz à discussão sobre os dilemas da política monetária frente à perspectiva – e necessidade, a nosso ver – de uma significativa redução da taxa básica de juros.

Nas páginas dedicadas às nossas tradicionais entrevistas, o professor Dércio Garcia Munhoz volta a nos contemplar com suas lúcidas palavras sobre este novo quadro fiscal, os impactos da crise sobre as contas externas do país e a manutenção do quadro de liberalização financeira.

Denise Lobato Gentil, por sua vez, expõe o seu ponto de vista com relação não somente à viabilidade, como também à exigência em se levar à frente o processo de extinção legal do chamado fator previdenciário, projeto já aprovado no Senado Federal e em discussão na Câmara dos Deputados. Já Rodrigo de Ávila nos aponta o problema da dívida pública, a conta de juros – verdadeiro fator de deformação do orçamento público – e a necessidade de viabilização da CPI da Dívida Pública.

Chamamos, também, a atenção do leitor do *JE* para a resenha de Almir Cezar de Carvalho sobre o livro, recém editado, “A América Latina e os Desafios da Globalização – Ensaio Dedicado a Ruy Mauro Marini”, onde a obra deste importante, mas pouco difundido, pensador brasileiro é revisitada a partir de valiosas contribuições de renomados intelectuais, em um momento onde a crise global inspira e exige novas abordagens sobre o significado do desenvolvimento econômico.

E por falar em desenvolvimento, convidamos a todos os economistas e leitores do *JE* para a programação – anunciada na página 16 – prevista para o próximo 13 de agosto, Dia do Economista, na sede do Corecon/RJ. Nesta ocasião, estaremos destacando justamente esse tema – os rumos do desenvolvimento que queremos e precisamos em nosso país. 

SUMÁRIO

- 3 Giuliano Contento de Oliveira e Carlos Eduardo Carvalho
Os dilemas da política monetária e o desafio de avançar na redução dos juros no Brasil
- 5 Entrevista - Dércio Garcia Munhoz
"A pressão para conter gastos correntes do Governo em verdade faz parte de uma estratégia que procura omitir a verdadeira causa dos rombos do Tesouro – os gastos milionários com juros e a cobertura de prejuízos com a política de liberdade cambial"
- 8 Denise Lobato Gentil
Fator previdenciário: extingui-lo será mais um enterro de um ícone da era neoliberal
- 10 Rodrigo Vieira de Ávila
CPI da Dívida: seguindo o exemplo do Equador
- 13 Almir Cezar de Carvalho Baptista Filho
"A América Latina e os desafios da globalização - ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini"
- 14 Fórum Popular do Orçamento
"Política não é a arte de fazer o que é possível fazer, mas sim a arte de tornar possível o que é necessário fazer"
- 16 Dia do Economista

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21) 2262-2535
Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Os dilemas da política monetária e o desafio de avançar na redução dos juros no Brasil

■ Giuliano Contento de Oliveira e Carlos Eduardo Carvalho*

A continuidade da redução da taxa básica de juros, tão necessária para estimular a recuperação da atividade econômica, enfrenta obstáculos consideráveis. Não bastasse o conservadorismo da diretoria do Banco Central, evidente na conduta diante do agravamento da crise mundial, no segundo semestre de 2008, o corte dos juros enfrenta problemas institucionais herdados do passado. É o caso dos títulos públicos indexados aos juros básicos e do desenho das cadernetas de poupança. **Diante desses desafios, que nada têm de novo, já se fala em frear ou mesmo inverter a redução dos juros e em cortar a incidência de imposto de renda sobre aplicações financeiras em geral.** Como sempre ocorre, os dois temas são tratados como se não tivessem implicações de natureza fiscal muito graves: os juros altos oneram o Tesouro e distribuem para a sociedade o custo da transferência de renda para os aplicadores na dívida pública; e a redução ou corte do IR nas aplicações financeiras significaria a desoneração completa dos rentistas, acentuando o caráter regressivo da estrutura tributária brasileira.

O corte dos juros básicos para 9,25% ao ano em junho, depois de sucessivas reduções desde janeiro, foi o reconhecimento tardio de quanto o Banco Central demorou a perceber ou a aceitar as evidências da gravidade da crise internacional. Ao contrário do que ocorreria em outros países, o BCB elevou os juros básicos para 13,75% ao ano em setembro de 2008, quando a crise bancária nos EUA atingiu seu clímax, e manteve esse patamar nos meses seguintes.

Esse grave erro do final de 2008 deve ser atribuído à avaliação equivocada da diretoria do Banco Central, e de seus modelos econométricos, sobre a natureza, a profundidade e a extensão da crise atual. O BC focou apenas os possíveis efeitos inflacionários internos da desvalorização do real e desconsiderou os efeitos deflacionários da crise mundial, uma típica crise de desvalorização de ativos. O BCB só começou a cortar os juros quando a recessão já se instalara no Brasil e os preços de commodities e outros ativos já haviam despencado nos mercados mundiais. O corte mais rápido e mais forte da Selic teria atenuado o choque adverso sofrido pelo Brasil.

A redução da Selic para um dígito colocou em cena algumas restrições impostas pela institucionalidade herdada do

regime de alta inflação. Os atrativos das cadernetas, pela combinação de isenção de IR com os pesados encargos cobrados pelos administradores dos fundos, seus principais concorrentes, levaram o governo a discutir alterações nas regras da aplicação mais popular do país. O receio de efeitos eleitorais negativos, contudo, adiou a decisão para 2010, afetando apenas saldos acima de R\$ 50 mil por depositante.

O problema alegado foi o risco de migração de recursos dos fundos de investimento, que passariam a oferecer remuneração líquida inferior às cadernetas, caso a Selic fique abaixo do nível atual. A maior preocupação do governo seria com a rolagem da dívida pública, já que as cadernetas devem direcionar recursos majoritariamente para crédito imobiliário, enquanto boa parte da carteira dos fundos fica em títulos públicos. Outras soluções poderiam ser cogitadas, porém. Uma delas seria destinar parte dos recursos das cadernetas para títulos públicos. Outra seria pressionar bancos e fundos independentes para reduzir as taxas de administração punitivas que cobram dos cotistas, especialmente nos fundos destinados ao grande público.

Há outras questões envolvidas. A opção de não mexer na taxa de 6,17% ao ano mais TR



Carlos Eduardo Carvalho

das cadernetas deve ter envolvido também as dúvidas sobre a manutenção da Selic de um dígito e de cortes adicionais no futuro próximo. Considerando o atual formato institucional do regime de metas para a inflação, a perspectiva de recuperação mais vigorosa da economia brasileira a partir de 2010 e as ineficiências existentes nos canais de transmissão da política monetária, para citar apenas os principais dilemas que se colocam no âmbito da gestão da moeda, dos juros e do crédito no Brasil, nada garante que num futuro não muito distante o Banco Central se veja induzido a mudar a atual orientação da política monetária, conforme já sinalizam as expectativas de mercado. Essa percepção, inclusive, foi regis-

trada na ata da reunião de junho do Copom, no trecho em que se afirma a existência de margem apenas “residual” para a flexibilização adicional da política monetária.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a indexação dos títulos públicos à taxa de juros interbancária, expediente herdado do regime de alta inflação que reduz a zero a duration de boa parte da dívida pública mobiliária, impedindo, assim, que aumentos da Selic se façam sentir em termos de redução dos preços desses ativos.

Segundo, a prática de spreads bancários elevados reduz muito o alcance de pequenas alterações da taxa Selic sobre o processo de tomada de decisão pelos demandantes de crédito, limitando a eficiência do canal de empréstimos da política monetária.

Em terceiro lugar, destaca-se a rigidez do atual formato institucional do regime de metas para a inflação, preso ao calendário gregoriano e ao índice de inflação cheio, além de subordinar a taxa de câmbio aos propósitos estritos do cumprimento da meta para a inflação, ainda que indiretamente. Esse formato dificulta um manejo menos precipitado da política monetária quando da ocorrência de choques capazes de desviar os preços da trajetória compatível com o cumprimento da meta estipulada.

Esses são apenas alguns dos fatores que explicam a prática de juros básicos elevados no



Brasil, embora as causas dessa anomalia não se restrinjam somente a eles. Aperfeiçoamentos adicionais do regime de metas para a inflação, como no processo de sondagem das expectativas de mercado – restrita aos atores do mercado financeiro –; redução da informalidade, parte da qual decorrente de um sistema tributário altamente oneroso e carente de reformas; gestão mais parcimoniosa dos gastos correntes do setor público, de modo a disponibi-

lizar mais despesas com investimentos e modernização; são apenas algumas outras dimensões do problema da prática de juros básicos elevados no Brasil. Saliente-se, uma vez mais, contudo, que o problema do custo do dinheiro não se resume à taxa básica, envolvendo a questão dos elevados spreads cobrados pelos bancos em suas operações de empréstimos.

A existência de uma taxa básica de juros elevada impõe restrições ao crescimento econômico sustentado e representa um mecanismo perverso de transferência de renda para rentistas, bancos e grandes empresas. Menos atenção recebem as implicações fiscais da prática de taxas de juros muito elevadas.

De um lado, há o impacto direto sobre o Tesouro: nos doze meses encerrados em maio, os gastos com o pagamento de juros da dívida pública atingiram R\$ 158,4 bilhões, valor equivalente a 5,41% do PIB, percentual que não está longe da média do custo fiscal dos juros altos para o Estado brasileiro nos últimos anos.

Além disso, diante da ameaça de fuga dos recursos aplicados na caderneta de poupança em direção aos fundos de investimento, começa a ganhar força a proposta de se reduzir ou até mesmo eliminar o IR sobre aplicações financeiras. Deve-se destacar, contudo, que o IR constitui o principal tributo com implicações progressivas sobre a distribuição



Giuliano Contento de Oliveira

de renda, de modo que sua eliminação sobre o rendimento dos ativos financeiros caminha na contramão de uma estrutura tributária capaz de reduzir as sérias e históricas anomalias distributivas prevaletentes em nosso país.

O governo brasileiro deveria aproveitar o atual momento para realizar mudanças capazes de viabilizar a estruturação de um arranjo macroinstitucional e de política econômica compatível com a nova realidade que se apresenta. Medidas superficiais e temerosas de desagradar os interesses do grande capital tendem a se mostrar insuficientes para viabilizar a tão esperada conciliação entre crescimento econômico sustentado e distribuição de renda. ☞

*Giuliano Contento de Oliveira é doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), professor do IE/Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri/IE/Unicamp). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Brasileira Contemporânea, Economia Internacional, Economia do Setor Público, Economia Monetária e Instituições Monetárias e Financeiras do Brasil.

*Carlos Eduardo Carvalho é professor do Departamento de Economia e do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e graduado em Ciências Econômicas pela PUC/SP, tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Monetária, Economia do Setor Público, Economia Internacional e Economia da América Latina.

"A pressão para conter gastos correntes do Governo em verdade faz parte de uma estratégia que procura omitir a verdadeira causa dos rombos do Tesouro – os gastos milionários com juros e a cobertura de prejuízos com a política de liberdade cambial"

P: Como você avalia as medidas que estão sendo implantadas pelo governo para procurar atenuar os efeitos da crise econômica mundial em nossa economia?

R: As medidas do Governo podem ser classificadas em dois tipos diferentes, quanto aos objetivos: aquelas voltadas para evitar a queda maior da demanda interna, e as que visam reforçar a demanda, criando novas fontes de demanda, tendo, portanto, o caráter compensatório. Nas primeiras se incluem as reduções de impostos indiretos, fundamentalmente do IPI, que tem sido extremamente eficazes no sentido de impedir que a redução da procura de determinados bens de consumo duráveis – especialmente automóveis e bens da chamada linha branca, provoquem estragos ainda maiores na indústria e na economia como um todo. Tais estímulos fiscais são menos eficazes para bens de capital, que se ligam a investimentos e assim dependem do comportamento da demanda global na economia. E esta foi gravemente afetada pela crise externa e pela crise interna. Quanto a medidas voltadas para a criação de novas fontes de demanda, o programa governamental, centrado no PAC, é praticamente inócuo: os investimentos dentro do orçamento são ridículos, praticamente inexistentes – R\$ 20 bilhões previstos e R\$ 10 bilhões efetivamente gastos anualmente; os investimentos de maior peso se concentram nas áreas do petróleo e da energia elé-

Professor titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UNB) e ex-presidente do Conselho Federal de Economia, Dércio Garcia Munhoz é autor de quatro livros, aproximadamente 280 artigos publicados em revistas especializadas e séries monográficas, cerca de 70 textos didáticos e centenas de artigos para jornais e colunas na Internet. Dedicou-se atualmente a escrever um livro sobre as várias etapas da economia mundial desde a crise dos anos 30 e seus efeitos na economia brasileira.

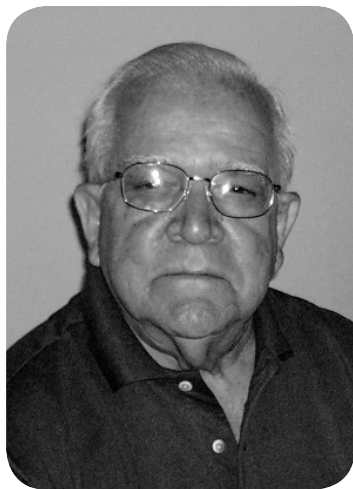


trica, e, pela própria natureza são mais lentos na execução, além da alta densidade capital/trabalho; e, finalmente, investimentos na área de saneamento, financiados pela Caixa Econômica – extremamente importantes na criação de empregos e também na redução da mortalidade infantil, estariam paralisados pela não liberação dos recursos contratados. Um grande programa com metas quinquenais centrado na infra-estrutura urbana – totalmente carente e quase que abandonada nos médios e grandes centros urbanos – nem é mencionado. E simplesmente porque todo o vigor da nação é desviado para tapar os rombos provocados pelas políticas monetária e cambial.

P: A situação fiscal do país sofre alterações com a crise e com as medidas adotadas pelo governo. A queda da taxa Selic, a diminuição da cobrança do IPI para determinados segmentos, a redução da meta de superávit fiscal para esse ano, entre outros efeitos, conformam uma alteração nas contas do governo, tanto pelo lado de suas receitas quanto de suas despesas. Como você avalia essas mudanças?

R: Demanda menor, produção menor, receita fiscal menor. A queda das receitas tributárias é inevitável. Com o agravante de que o recuo mais acentuado da demanda se concentra em produtos da área de metal-mecânica – bens de maior valor unitário e onde o tributo

tem maior peso. Além da redução de receitas do Tesouro decorrente da queda dos ganhos no setor financeiro, que vinha inchado pelos reflexos diretos e indiretos do clima de intensa especulação que o país tem vivido. Por outro lado, ao manter uma taxa Selic acima de nove por cento, o Governo, com uma dívida bruta federal interna e externa da ordem de dois trilhões, terá um custo financeiro da ordem de R\$ 200 bilhões até dezembro, que, ainda que amortecido por R\$ 50 bilhões de juros recebidos sobre os depósitos do Tesouro no BC e dos créditos junto a Estados e Municípios, só poderá ser pago com a emissão de no-



vos títulos – como, alias, já vem ocorrendo. Essa é a razão principal porque o Governo não consegue articular uma política econômica anti-cíclica. E não consegue porque nunca se decidiu por enfrentar a camisa-de-força recebida na mudança de bastão, em janeiro de 2003. O que o novo governo fez foi reforçar as linhas mestras que orientavam a gestão econômica, quando, por exemplo, deu independência de fato ao Banco Central, e poderes tais que as iniciativas dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento ficaram à reboque da política monetária e da política cambial, numa verdadeira inversão de valores. Surpreen-

dentemente, assim, o principal foi subordinado ao acessório, e a administração renunciou à sua obrigação de formulação macroeconômica. Um navio à deriva, talvez a imagem mais exata.

P: Existe uma forte pressão de determinados segmentos por um maior rigor do governo no controle dos gastos correntes, como, por exemplo, nas medidas voltadas para a recomposição dos valores dos vencimentos dos servidores públicos. Qual a sua opinião sobre este ponto?

R: A pressão para conter gastos correntes do Governo, especialmente quando se procedeu a uma política de revalorização do servidor, com recuperação parcial das perdas que se concentraram nos anos 90, com o Plano Real, em verdade faz parte de uma estratégia que procura omitir a verdadeira causa dos rombos do Tesouro – os gastos milionários com juros derivados da abusiva liberdade do binômio Banco Central/Copom em tabelar juros que favoreçam a especulação com títulos públicos, e a cobertura de descomunais prejuízos do Banco Central com a política de liberdade cambial que estimula a especulação na bolsa de valores. O próprio BC é ativo jogador na bolsa, especulando permanentemente com derivativos cambiais, onde, talvez por falta de sorte, sempre perde verdadeiras fortunas. Assim, não existe a menor possibilidade de controle do orçamento federal se o Ministério da Fazenda e Planejamento não recuperaram a capacidade política de gerenciar a política macroeconômica, extinguindo o famigerado Copom, e subordinando entidades auxiliares, como o Banco Central. É bom se lembrar que os gastos com pessoal pela União – sempre a bola da vez dos felizes ganhadores nas rodas da especulação financeira – vem representan-

do em torno de 24% das receitas do Tesouro, enquanto até a década de 80 tais despesas montavam em torno de um terço das receitas.

P: Encontra-se em tramitação na Câmara, projeto de Lei, já aprovado no Senado, que prevê o fim do chamado fator previdenciário para o cálculo de pensões e aposentadorias pagas pelo INSS. A atual situação fiscal comportaria a aprovação dessa mudança?

R: O fator previdenciário é uma das excrescências embutidas na legislação previdenciária dentro das reformas que o governo FHC impôs, depois de ir se apossando dos recursos que a constituição de 1988 preservara para a área da seguridade social. Recursos desviados para cobrir os encargos da colossal dívida pública feita com os altos juros Selic que atraíam dólares para cobrir os déficits externos crescentes pós-1994. Tudo para garantir a artificialidade da estabilização de preços, pois dólares baratos significavam importações baratas e custos internos contidos, estimulando assim os gastos externos. Essas heranças – grande dívida externa e grande dívida pública federal – foram alguns dos cacos deixados pelo Plano Real, que conteve a inflação, mas jogou o país no vale perdido da estagnação. A previdência se viu entrelaçada nesse cipoal de contradições, que desarranjou a estrutura de apropriação da renda na economia brasileira; com um aumento da carga tributária equivalente a algo próximo de quinze pontos de percentagem do PIB – para sustentar os encargos financeiros criados pela própria política governamental – e em contrapartida um recuo não muito diferente nas rendas do trabalho – salários e autônomos – refletindo no tamanho do mercado e nas oportunidades de empregos, e assim contendo as bases contributivas da previdência.

P: Em sua última entrevista ao JE, você opinou que o Brasil se encontrava refém da especulação financeira internacional. Você vê alguma mudança significativa neste quadro?

R: O Brasil continua refém da especulação financeira. Aliás, o Brasil se fez refém da especulação financeira internacional desde o Plano Real, com a abertura aos capitais de curto prazo e os altos juros usados como isca. Tudo com o objetivo de garantir o apoio político externo – bancos privados, instituições financeiras internacionais, secretários de Tesouro de países como os Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, e, internamente, dos grupos que internamente tem se beneficiado da especulação financeira. Esquema, aliás, que o Banco Central ainda sonha em manter vivo, ao pagar 9,25% de juros anuais, com isenção do imposto de renda para os dólares que entram e saem na ciranda financeira – enquanto os mais diferentes países do mundo vêm pagando menos de um por cento ao ano para títulos de 360 dias. E depois os gestores desse circo financeiro, num acintoso desprezo pela inteligência do cidadão comum, batem no peito sem pudor, dizendo que os dólares entram no país porque o mundo continua confiando no Brasil. E a realidade crua é que tais capitais de curto prazo -- que tem acumulado centenas de bilhões de dólares de ganhos dentro do Brasil, com o intenso movimento especulativo que joga na bolsa e com a taxa de câmbio -- nenhuma utilidade tem para o país – a não ser sustentar o esquema de apoio aos responsáveis pelo cassino; pois, como entram e saem num vai-e-vem próprio de saloon nos bang-bang, não ficam saldos que possam ao menos financiar temporariamente as reservas internacionais brasileiras.

P: Após o período entre 2003 e 2006 – quando passamos a apresentar saldos positivos no resultado de nossas transações correntes –, observamos uma forte queda deste saldo, em 2007, e um significativo déficit, de mais de US\$ 28 bilhões, em 2008.

Como você avalia o quadro de nossas contas externas?

R: O boom externo que a economia chinesa trouxe ao mundo, e com ímpeto menor ao Brasil, já é coisa do passado. Na realidade atual não só se agravaram os déficits comerciais – US\$ 14 bilhões em janeiro/junho de 2009, refletindo na produção para exportação, como recuou a demanda interna que se sustentava nos ganhos com a intermediação financeira e a valorização de ativos via especulação nas bolsas – um duplo movimento reduzindo a produção interna. Assim, as duas fontes que alimentaram a bolha, que no último triênio criou a ilusão do crescimento sustentado, constituem momentos que apenas a memória registra. A economia brasileira retorna agora ao quadro de mediocridade que – salvo o breve hiato milagre chinês/inchação das bolsas -- vem marcando o país desde o Plano Real, travada pelas duas âncoras que ceifaram tanto a demanda interna como a demanda externa: a brutal redução da relação salários/PIB, mutilando o mercado interno, e a mortífera valorização cambial, reduzindo o nosso poder competitivo e daí efusivamente festejada pelos nossos concorrentes no comércio mundial.

P: *Encontra-se aprovada na Câmara dos Deputados a instalação de uma CPI da dívida pública. Contudo, alguns dos grandes partidos vêm retardando a indicação de seus membros para a efetivação dos trabalhos. O*

senhor acha relevante que essa CPI se torne uma realidade?

R: Nunca ninguém na área política quis discutir o endividamento público, porque não quer discutir suas origens, e em especial seu agravamento pós-94. E a dívida pública federal apenas reflete o modelo anárquico que preside as políticas monetária, cambial e de capitais de curto prazo. E a solução do governo tem sido a mistificação, de forma a esconder o que realmente ocorre com a dívida pública. Por exemplo: continua adotando o critério de calcular a dívida pública agregando estados e municípios, e empresas estatais federais, estaduais e municipais. Uma soma de batata com banana, que nada significa, nada revela. Aliás, o objetivo é esse mesmo. Não explicitar que a dívida mobiliária federal

interna já supera R\$ 1,8 trilhão, ou R\$ 1,5 trilhão se compensados os saldos dos depósitos do Tesouro no BC, e muito menos permitir que se saiba que a única fonte da explosão da dívida federal são os encargos financeiros da própria dívida. E o desvario chega a tal ponto que sempre que o Tesouro emite novos títulos para cobrir os desconhecidos prejuízos do Banco Central, decorrentes das operações com derivativos cambiais, o Tesouro simplesmente não registra os gastos como dispêndios orçamentários. O que faz com que os tais Superávits Primários apurados na execução orçamentária nos últimos anos não passem de meras ficções.

Algo que em outros tempos se diria para inglês ver.

P: *Levando-se em conta que o pólo dinâmico da crise encontra-se nos Estados Unidos, com fortes repercussões nos países mais desenvolvidos do hemisfério norte, como o senhor avalia o desenvolvimento da crise no plano internacional. O pior já passou?*

R: O tamanho da crise internacional deflagrada na segunda metade de 2008 ainda vai depender do grau de desaceleração da economia chinesa. E o ritmo de atividade da economia chinesa depende da economia americana e dos investimentos internos de caráter compensatório; além disso, um dado essencial no futuro da economia China é a taxa de expansão do emprego nas indústrias mais modernas – grandes responsáveis pelas exportações mais recentemente – vis-à-vis a

queda do emprego nos setores industriais tradicionais, tais como brinquedos, roupas, sapatos, que até poucos anos sustentavam as exportações, e que eram grandes geradores de empregos. E como a China havia puxado toda a economia mundial – com grande aumento de importações, em especial de insumos industriais, e grande aumento das exportações -- o futuro da economia mundial passa por ali. E dentro desse contexto, a queda de 31% no comércio mundial no primeiro trimestre de 2009, frente a igual período do ano anterior (segundo a Organização Mundial do Comércio), é extremamente preocupante. Especialmente para o Brasil, onde a queda das exportações por ora se situa em apenas 22%. Em síntese, porém, é possível afirmar que o nível de atividade da economia mundial do passado recente e o nível do comércio mundial não retornarão aos volumes anteriores; e isso simplesmente porque nem o planeta Terra tem condições de suprir uma locomotiva como a chinesa numa velocidade de crescimento de 12% ou 14% ao ano. E nem a demanda interna brasileira, antes turbinada pelos ganhos ligados à especulação financeira, reencontrará os níveis do passado. Retornamos, portanto, ao mundo de meados da década; ao mundo pré-explosão da China e pré-explosão da demanda alimentada pela especulação financeira. Voltamos, após o contorno da corcova, à planície da estagnação econômica. Que repetirá o passado, ou será mais ou menos dolorosa, a depender de que o Governo expresse desejo e revele disposição para sepultar definitivamente um modelo de política econômica que nunca se completou – a herança final do Plano Real – incapaz de redescobrir os horizontes que o país soube perfilar desde o pós-guerra. ☐



Fator previdenciário: extingui-lo será mais um enterro de um ícone da era neoliberal



Frieder

■ Denise Lobato Gentil*

Há um projeto de lei já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara que extingue o fator previdenciário. É de autoria do Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores. Esse projeto (PL 3.299/2008), se aprovado, terá repercussões muito importantes para a população de trabalhadores e aposentados do país. O fa-

tor previdenciário é um índice aplicado sobre o valor das aposentadorias por tempo de contribuição com o objetivo de provocar a redução dos benefícios. Assim, embora o trabalhador tenha completado o número de anos de contribuição exigidos por lei (35 para homens e 30 para mulheres), quanto menor a idade no momento de requerer a aposentadoria, menor será a renda do aposentado. Quanto

maior a perspectiva de vida do aposentado, menor a renda que receberá. O trabalhador, quando tem a chance de optar entre se aposentar ou continuar trabalhando – o que é raro em tempos de desemprego elevado, quando a aposentadoria se transforma na tábua de salvação para muitos –, acaba adiando o momento de parar de trabalhar em função do achatamento de sua renda, indignando a muitos que julgavam ter direito líquido e certo ao que lhes é devido.

O fator previdenciário foi criado em 1999 como parte da reforma da previdência do governo Fernando Henrique Cardoso, alterando a Constituição Federal de 1988 de forma a desestimular o que se tratou como “aposentadoria precoce”. O raciocínio era (e ainda é) estático e reduzido a uma análise de equilíbrio fiscal, típica da era neoliberal.

Quando se faz o cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição, considera-se a média das contribuições feitas pelo segurado após 1994, descartando as 20% menores. Ou seja, considera-se a média das 80% maiores contribuições recebidas durante todo esse período. Sobre isso, aplica-se o fator previdenciário, que reduz em até 40% a aposentadoria, conforme a idade e o tempo de contribuição. O projeto do Senador

Paulo Paim, além da extinção do fator, resgata a regra anterior à reforma dos anos 1990, propondo um cálculo pela média dos últimos 36 meses.

O argumentado que tem sido utilizado contra o PL 3.299/2008 é de que as mudanças de regra elevarão os gastos com previdência de tal forma que obrigariam o governo a antecipar, caso implementadas, a proposição de uma nova reformada da previdência. Esse argumento soa como uma espécie de intimidação sobre os movimentos políticos que apóiam o sistema de proteção social do país. Reformas, no Brasil, sempre apontaram para a deterioração e amesquinamento do sistema, nunca para o seu alargamento e aperfeiçoamento.

A extinção do fator previdenciário, entretanto, num momento de conjuntura econômica recessiva, se transforma em política estratégica de recuperação da economia. Essa perspectiva do sistema previdenciário brasileiro só está ao alcance dos que dominam um raciocínio dinâmico sobre a macroeconomia do país. Aposentadoria é uma renda que se transforma imediatamente em consumo de produtos e serviços, o que significa dizer que os aposentados possuem uma elevada propensão a consumir. Ao recuperar o valor das aposentadorias o governo garantirá demanda para fortalecer o mercado interno. O crescimento da demanda indu-

zirá o investimento privado que, por sua vez, elevará nível de emprego, produção e renda para toda a sociedade. As transferências do governo têm um efeito multiplicador importante sobre o PIB já constatado por muitos analistas – mesmo pelos mais conservadores – nos últimos anos de crescimento econômico do país após 2004. Em adição ao poderoso impacto econômico, as transferências governamentais provocam um outro efeito – não menos importante – de atenuar a pobreza porque se destinam ao sustento de vários membros das famílias brasileiras e, por isso, contribuem para reduzir o aprofundamento das desigualdades sociais característicos dos momentos de crise econômica.

O impacto orçamentário dessa medida não pode ser exagerado para além do que realmente é, com a intenção de mistificar a realidade. Apenas 6% das pessoas que se aposentam pelo Regime Geral de Previdência Social a cada ano são afetadas pelo fator previdenciário. Além deste contingente de aposentados ser pequeno, o sistema previdenciário brasileiro possui uma estrutura financeira extremamente sólida, ao contrário da percepção corrente em nossa sociedade, mesmo entre pessoas instruídas e bem informadas, em função do bombardeio cotidiano de informações distorcidas oferecidas pela grande mídia. O sistema de seguridade social tem gerado superávits elevados. No ano de 2006, o excedente de recursos do orçamento da Seguridade alcançou a cifra de R\$ 72,2 bilhões. No ano de 2007, foi de R\$69,2 e, em 2008, chegou a R\$ 52,3 bilhões, mesmo com o iní-

cio da crise que atingiu a economia brasileira a partir de outubro de ano passado¹. Para se ter uma idéia da capacidade de arrecadação do sistema previdenciário brasileiro, no ano de 2009, as receitas de contribuições à previdência – que são apenas uma das fontes de recursos desse sistema –, cresceram 6% em termos reais nos primeiros cinco meses com relação ao mesmo período de 2008, apesar da crise ter atingido severamente a produção e o emprego na indústria brasileira. A arrecadação cresceu, portanto, mais que o PIB que no primeiro trimestre encolheu 0,8%. O bom resultado da arrecadação do sistema previdenciário aconteceu apesar da redução de postos de trabalho, porque a massa salarial continuou crescendo, e parte da explicação está no aumento de 12% no salário mínimo.

Dizer que o sistema é superavitário não é tudo. O que significa ter recursos excedentes? Significa, na prática, a negação de serviços públicos de saúde, bolsa família, aposentadorias, seguro-desemprego, auxílios ao trabalhador ativo que sofre acidentes ou que tem doenças, às mulheres que têm filhos e vários outros serviços sociais para um maior número de pessoas. E para onde foram esses recursos extraídos da seguridade? Para gastos do orçamento fiscal, inclusive juros, para aqueles pertencentes a outros ministérios e para compor o caixa do governo – formando, assim, o superavit primário.


O tema é polêmico e tem sido muito debatido ultimamente. Há uma vertente, a mais veiculada na mídia, que ignora a existência de um orçamen-



to da Seguridade Social e trata o orçamento público como uma equação que envolve apenas receita, despesa e superavit primário. Não haveria, assim, a menor diferença se os recursos do superavit vêm do orçamento da Seguridade Social ou de outra fonte qualquer do orçamento. Interessa apenas o resultado fiscal, isto é, o quanto foi economizado para pagar despesas financeiras com juros e amortização da dívida pública. O controle da dívida pública é a variável fundamental. Essa linha de raciocínio reducionista, pertence aos mesmos que defendem taxas de juros elevadas e câmbio valorizado e que está plenamente identificada com os pensamentos e ações que levaram o mundo à crise. São os mesmos que se sentem incomodados com as despesas dirigidas aos segmentos mais pobres da sociedade ou com várias despesas de custeio e de pessoal que estão associadas aos serviços de saúde, educação, segurança, fiscalização e justiça. Mas que não se constroem em solicitar de-

sonerações tributárias e socorro de liquidez ao governo quando a crise aperta.

Não faltam apocalípticos argumentos, velhos conhecidos, de que as projeções do perfil demográfico do país acabarão minando a sustentabilidade do regime no longo prazo. Essas projeções estão permeadas de subjetividades sobre o que ocorrerá no futuro com o crescimento do PIB, das receitas públicas, da inflação e da taxa de juros, variáveis reconhecidamente de difícil previsão. Se a crise recente não foi prevista por economistas geniais, pode-se imaginar o nível de credibilidade das variáveis macroeconômicas dessas projeções para daqui a vinte ou trinta anos.

A eliminação do fator previdenciário deve entrar no rol de políticas anticíclicas do governo para cumprir o papel importante de suavizar os efeitos da crise. Medidas como a ampliação do crédito pelos bancos públicos, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a ampliação dos programas de financiamento habitacional e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), têm gerado estímulos ao comércio, particularmente nos setores de veículos e eletrodomésticos, e efeitos positivos na construção civil, causando melhora nas expectativas dos produtores e comerciantes. Falta chegar mais perto dos anseios dos trabalhadores e retomar a Constituição de 1988 no que tinha de mais precioso – democratizar a distribuição da riqueza do país. O fim do fator previdenciário é o extermínio de um ícone da era neoliberal que, se extingo, irá tarde. 

* Denise Lobato Gentil é doutora em Economia e professora de Macroeconomia do Instituto de Economia da UFRJ.

¹ Dados de 2006 e 2007 podem ser encontrados em GENTIL, Denise e MARINGONI, Gilberto. “Vinte anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social”. ANFIP, Brasília, 2008. Dados financeiros de 2008 e uma avaliação recente da previdência estão em www.anfip.org.br no relatório de pesquisa “Análise do Orçamento da Seguridade Social em 2008”. Dados de 2009 são encontrados na Carta de Conjuntura do IPEA em www.ipea.gov.br.

CPI da Dívida: seguindo o exemplo do Equador

■ Rodrigo Vieira de Ávila*

Até dia 22 de junho deste ano, o governo federal gastou R\$ 96,7 bilhões em juros e amortizações da dívida, sacrificando áreas sociais fundamentais como a saúde (que recebeu apenas R\$ 21,3 bilhões), educação (R\$ 11,4 bilhões) ou Reforma Agrária (R\$ 613 milhões). Além do mais, a crise econômica aprofunda o problema da dívida, uma vez que, com menor arrecadação, todos os entes federados tiveram de cortar severamente os gastos sociais para manter o pagamento da dívida. A redução da meta de superávit primário de 2009, de 3,8% do PIB para 2,5%, somente retorna a um patamar já imposto pelo Acordo com o FMI de 1998, durante o governo FHC, tão criticado pelo atual governo. E para o ano que vem a previsão é retornar ao nível de 3,3%.

Esta situação prova que a política econômica atual manteve e até mesmo aprofundou o receituário neoliberal. Os servidores, sempre considerados como os vilões das contas públicas, foram responsáveis por um gasto R\$ 30 bilhões inferior aos gastos com a dívida no período. Ou seja: o Brasil é um país no qual se gasta com a dívida mais do que se gasta com todos os seus servidores, ativos, aposentados, de todas as carreiras e poderes. E enquanto estes últimos terão seus reajustes até 2011 ameaçados, ou seja, con-

dicionados “à existência de disponibilidade orçamentária e financeira”, os gastos com a dívida são pagos religiosamente, a por vezes até antecipadamente ou mesmo com ágio, como no caso dos pagamentos antecipados de títulos da dívida externa. Recentemente, o Brasil também pagou antecipadamente e até emprestou recursos ao FMI, como se o país não estivesse em crise e cortando severamente os gastos sociais.

A dívida externa permanece alta, em US\$ 265 bilhões, apesar do pagamento antecipado ao FMI. Somente os empréstimos das multinacionais às suas filiais no Brasil chegam a US\$ 70,7 bilhões, mas se encontram excluídos da contabilidade da dívida externa desde 2001.

Importante lembrar sempre que a “dívida externa privada” também causa ônus ao setor público, uma vez que cabe ao Banco Central fornecer, em última instância, os dólares para as empresas privadas pagarem seus débitos no exterior.

Enquanto isso, a política de juros altíssimos, combinada com a acumulação desenfreada de reservas cambiais faz a dívida interna explodir, pois o Banco Central se endivida internamente pagando a taxa Selic, de 9,25%, para comprar os dólares das reservas, que são aplicados, em sua maioria, em títulos do Tesouro americano, que não rendem quase nada. Por esta ra-



zão, a queda, nos últimos anos, da “Dívida Líquida do Setor Público / PIB”, comumente divulgada pelo governo como prova de que a dívida não representa problema, é uma informação equivocada, pois desta dívida se descontam as crescentes reservas cambiais. É como se uma pessoa entrasse no cheque especial (pagando juros altíssimos)

para aplicar na poupança (recebendo juros baixos), e ainda se vangloriasse que sua dívida líquida está sob controle.

Na realidade, a dívida interna, que paga juros estratosféricos, continua explodindo: somente nos 5 primeiros meses de 2009 cresceu R\$ 94 bilhões (quase dois orçamentos anuais da saúde), tendo atingido

R\$ 1,659 trilhão em maio. Para pagar esta dívida, o governo federal lança mão de tributos e de várias outras fontes de recursos, como os lucros das estatais distribuídos ao governo, ou os recebimentos de dívidas dos estados e municípios, que hoje se encontram em grave crise financeira, cortando gastos sociais para pagar a União uma dívida também questionável, que cresceu a partir de altas taxas de juros.

Até onde chegaremos com tudo isso, sacrificando os gastos sociais da União, Estados e Municípios, e ainda pagando uma pesada carga de impostos e tarifas públicas (gasolina, diesel, luz etc) para pagar uma dívida que não pára de explodir?

É necessário romper com este círculo vicioso da dívida, por meio de uma ampla e profunda auditoria, com participação social, assim como realizado pelo Equador, que acaba de divulgar, no último dia 11 de junho, a decisão soberana de anular grande parte dos bônus da dívida externa com bancos privados internacionais. Nada menos que 91% dos detentores dos bônus Global 2012 e 2030 acataram prontamente a proposta equatoriana de reconhecer no máximo 30 a 35% de seu valor nominal, tendo em vista as flagrantes ilegalidades e ilegitimidades dessa parte da dívida externa com bancos privados, apontadas no relatório apresentado pela Subcomissão de Dívida Comercial da CAIC - Comissão para a Auditoria Integral da Dívida Pública Equatoriana criada por Decreto Executivo nº 472/2007 - de cujos trabalhos tive a honra de participar. Este Decreto nomeou para compor a Comissão a Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria

Lucia Fattorelli, abrindo espaço para as contribuições desta entidade.

A decisão de redução unilateral da dívida equatoriana, sustentada pela auditoria, permitirá uma economia de mais de US\$ 7 bilhões até 2030, referentes a principal e juros que não serão mais pagos, e que certamente serão empregados em gastos sociais. Por isso, este fato representa um precedente histórico e um grande exemplo



para todo o mundo, pois mostra que é possível aos governos enfrentarem a questão da dívida com soberania, especialmente em um momento de crise, quando tais problemas se acentuam. Ademais, é preciso ressaltar que a auditoria realizada no Equador demonstrou inúmeras semelhanças entre o processo de endividamento comercial daquele país e os demais países latino-americanos, o que deveria estimular a todos os países a também realizarem auditorias para investigar seus respectivos processos.

Desde que o Equador começou esta experiência inédita, outros países também anunciaram a intenção de também re-

alizarem auditorias da dívida, como Venezuela, Bolívia e Paraguai. Neste contexto, foi possível criar, na Câmara dos Deputados do Brasil, em dezembro de 2008, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública, por meio de Requerimento do Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), que para tanto coletou as assinaturas necessárias, ou seja, de um terço dos deputados. Esta CPI representa importante passo para a auditoria da dívida brasileira, pois possui poder de polícia para requisitar informações e convocar depoentes, o que é fundamental para qualquer auditoria. Além do mais, permitirá a ampliação e aprofundamento do debate sobre o endividamento, que atualmente permanece como um “tabu” na grande imprensa e em boa parte da sociedade, que consideram que se há uma dívida, ela deve ser paga sem qualquer questionamento.

Dias 2 e 3 de junho de 2009, as entidades fizeram intenso trabalho parlamentar pela instalação da CPI, reivindicando dos líderes dos partidos na Câmara a indicação de seus representantes na Comissão. Consideramos que o trabalho obteve sucesso, pois conseguimos que os partidos PT, PMDB, DEM, PSC e PSB indicassem a maior parte de seus integrantes na CPI, restando apenas o PSDB e o PP por indicar.

Mas a luta não termina na instalação da CPI. Teremos de ficar vigilantes para que as descobertas da CPI sejam efetivamente incluídas em seu relatório final, e que a Justiça as considere em seu julgamento. Portanto, há muito trabalho por fazer para que o Brasil possa seguir o exemplo do Equador.



Caso o Brasil, hoje, tomasse medida semelhante à equatoriana, reduzindo unilateralmente em 65% sua dívida “interna” que já ultrapassa o patamar de R\$ 1,6 trilhão, esta cairia para R\$ 560 bilhões, o que geraria ainda um alívio de cerca de R\$ 200 bilhões nos pagamentos anuais de juros e amortizações, que poderiam se reverter em atendimento aos direitos humanos de milhões de brasileiros que se encontram sem emprego, sem acesso aos serviços essenciais de saúde, educação, assistência, sem moradia, sem terra, enfim, sem dignidade de vida, enquanto bilhões estão sendo destinados ao pagamento de vultosos juros de uma dívida que sequer se conhece a contrapartida. ☺

* Rodrigo Ávila é economista da Auditoria Cidadã da Dívida/Rede Jubileu Sul e colaborador da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida (CAIC) do Equador. Organiza, junto com outros colaboradores, a página da Auditoria Cidadã da Dívida na internet: www.divida-auditoriacidadada.org.br, que divulga informações sobre a dívida e traz seção com comentários diários sobre as notícias relacionadas ao endividamento público.

Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

www.banrisul.com.br

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

*Sujeito a análise de crédito.

“A América Latina e os desafios da globalização - ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini”



■ Almir Cezar de Carvalho Baptista Filho*

Por iniciativa da REGGEN e publicada pela Editora da PUC-Rio e Boitempo Editorial, recentemente foi lançado livro reunindo ensaios de pensadores contemporâneos de vários países a respeito da obra, do contexto histórico ou sob a influência do cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini na interpretação da globalização a partir da América Latina.

O livro, mais que um resgate e celebração à vida e obra de Marini através das escritas dessa seleção de autores, chega em um momento excelente, coincidindo oportunamente com os 40 anos do livro de Marini “Subdesenvolvimento e Revolução” (1969) e com o aparecimento de uma nova crise mundial capitalista, a maior desde a de 1929. E mais do que isso, serve ao resgate de seu pensamento e para romper o silêncio no Brasil em torno

desse autor, permitindo a nova geração de intelectuais mais do que conhecê-lo, tê-lo como ponto de partida e realocização com a nova realidade e a religação entre prática e teoria.

Um dos fundadores da Teoria da Dependência e um dos principais expoentes de sua versão marxista, Ruy Mauro Marini é participante de um seletor grupo responsável pela projeção do pensamento de produção regional latinoamericano. As décadas de 1960 e 1970 foram de renovação do pensamento marxista. A Teoria da Dependência era a articulação dessa renovação na periferia do capitalismo mundial, em especial na América Latina. Por sua vez, Marini sempre procurou casar nas análises a questão nacional e a questão democrática com a luta de classe e, articulando-os, resultando em um enfoque e uma perspectiva socialista.


Contudo, embora ainda seja pouco divulgada em seu próprio país, sua obra serve de base e inspiração a uma vasta gama de pensadores e influência a várias correntes da ciência social ainda hoje, mesmo passado mais de uma década de sua morte (1997).

Marini tinha uma visão crítica do desenvolvimento das economias latino-americanas: monopolista e sócia dos monopólios transnacionais do centro imperialista. Para Marini, a dinâmica econômica própria e regular das sociedades da zona periférica gera uma descapitalização crônica e crescentemente maior, e reforço da desigualda-

de social, especialmente na zona periférica industrializada, combinada da ampliação da situação de dependência crescente ao centro.

Mas também, a dependência é do centro com a periferia, que se torna também cada vez mais refém das transferências do excedente econômico, garantidos por um controle mais férreo das burguesias nacionais sobre as massas, e pela ampliação da taxa de exploração da força de trabalho. E ainda terá que repetir no plano interno o modal de geração de mais-valia pela superexploração do trabalho. Reforçando conseqüentemente a crescente transnacionalização da economia mundial.

Infelizmente, Marini não viveu para ver uma espécie de renascer do interesse no seu pensamento e na Teoria da Dependência, despertados pela crise do modelo neoliberal marcadas pelas sucessivas crises da década 1990 e pela recente ascensão dos movimentos de massas. Na atual década houve uma produção autoral sob enfoque dependentista ou derivado que ultrapassa o volume das duas anteriores.

Contudo, a esquerda intelectual latino-americana, especialmente a brasileira, ainda está se reajustando a essa nova realidade. Tentar se apropriar do legado da obra de pensadores como Marini seria um bom passo e esse livro cumpre um papel fundamental neste sentido. 

* Almir Cezar de Carvalho Baptista Filho é economista graduado pela UFF e mestre pela Universidade Federal de Uberlândia

“A América Latina e os desafios da globalização - ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini”

Emir Sader e Theotônio dos Santos (coordenadores); Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (organizadores). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 384 pp.

Parte I - O Homem e a Obra: Política e Revolução

- Um Pensador Revolucionário - Theotônio dos Santos

- Ruy Mauro, Intelectual Revolucionário - Emir Sader

- Meu Querido Ruy - Aña Esther Ceceña

Parte II - Globalização e Dependência

- Mudando a Geopolítica do Sistema-Mundo 1945-2025 - Immanuel Wallerstein

- Apresentando o Tio Sam sem Roupas - Andre Gunder Frank

- Neoimperialismo, Dependência e Novas Periferias na Economia Mundial - Adrián Sotelo Valencia

- A Economia Mundial e América Latina no Início do Século XXI - Orlando Caputo

Parte III - Capital, Trabalho e Economia Mundial

- Dependência e Superexploração - Jaime Osório

- A Superexploração e a Economia Política da Dependência - Carlos Eduardo Martins

- A Abertura Revisitada: A Crítica Teórica e Empírica do Livre-Comércio e a Atualidade do Pensamento de Ruy Mauro Marini sobre a Mais-Valia Absoluta - Pierre Salama

- Dependência e Superexploração do Trabalho no Capitalismo Periférico - Marcelo Carcanholo

Parte IV - Pensamento Latino-Americano e Mundo Contemporâneo

- Vigência e Debate em Torno à Teoria da Dependência - Marco Gandásegui

- A Intelectualidade Crítica Brasileira no México e o Pensamento Político de Ruy Mauro Marini - Lucio Oliver

- Ser ou Não Ser Subdesenvolvido - Oswaldo Munteal

- A Revolução Cubana e a Teoria da Dependência: Ruy Mauro Marini como Fundador - Francisco Lopez Segre

- Teorias da Dependência e Estruturalistas na Era da Globalização Neoliberal - Cristóbal Kay

"Política não é a arte de fazer o que é possível fazer, mas sim a arte de tornar possível o que é necessário fazer"

Augusto Boal (1931-2009)

A análise das contas públicas é realizada de forma consolidada através da prestação de contas publicada em abril. A matéria deste mês tratará da análise das contas de 2008 dos municípios do Rio e Niterói para perceber: o grau de autonomia financeira; os principais gastos e o cumprimento dos limites legais. Todos os valores de nosso estudo foram calculados a preços médios de Maio de 2009 (IPCA).

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Como o MRJ se financia?

O Rio de Janeiro possui o segundo maior orçamento do Brasil, menor apenas que o de São Paulo. As receitas do município montam a R\$11,5 bilhões em 2008, sendo 62% desse valor composto por receitas próprias (receitas correntes subtraídas as transferências), o que dá ao Rio um maior grau de independência de suas contas – São Paulo, por exemplo, apresenta 59%.

Mais da metade da receita própria é oriunda da arrecadação dos impostos municipais. O aumento de 45% desses impostos, em relação a 2002, foi o que garantiu o avanço de 5 pontos percentuais da participação no orçamento. Essa elevação se dá através do ISS, que não só é a principal receita carioca, como é o imposto que mais cresce em média (7% ao ano). No exercício de 2008, seu aumento representou 40% da variação da Receita Total do município.

Em 2008, houve uma alavancagem especial das receitas próprias devido à mudança na classificação do IRRF. Até o ano passado, tal imposto era classificado como uma transferência corrente (uma vez que o esforço de sua arrecadação depen-

de da União). No exercício atual, este passou a ser classificado como Receita Própria do Município, provocando um aumento atípico no total dos impostos – vide Gráfico 1.

Outra maneira de um município se financiar é através de Transferências Correntes - 35% do orçamento, no caso de 2008. As principais transferências são: ICMS, FUNDEB e SUS, que somam mais de 75% de todas as transferências e mais de 25% da receita.

Apesar dessas variações, o total das transferências correntes mantém um comportamento estável no período, mantendo-se no mesmo patamar, mas diminuindo sua participação na receita. Em 2008 o total dos impostos próprios representou, pela primeira vez, uma parcela superior a das transferências correntes, devido à mudança na classificação do IRRF.

Por fim, a última maneira que um município pode se financiar é através das receitas de capital (operações de crédito, alienação de bens etc.), que devido a sua composição específica comporta-se de maneira oscilante. Em 2008 tais receitas mais do que dobraram devido a transferências do PAC urbanização de favelas (que ultrapassa R\$85 milhões) e operações de crédito para programas de saneamento, com atenção especial para Setpetiba – sede da TKCSA, maior

investimento da América Latina que vem ganhando uma atenção especial do poder público.

Com que o município gasta?

Apura-se, em 2008, que a despesa total montou a R\$11,7 bilhões, déficit orçamentário de R\$204,6 milhões. A fim de melhor compreender a evolução dos gastos, subdividimos a despesa total segundo sua categoria econômica (Gráfico 2).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais representam 54% do total em 2008. Estes gastos, rígidos e permanentes, são os mais expressivos do orçamento. É observado um aumento crescente desse dispêndio – entre 2002 e 2008 de 30%. As demais despesas de custeio representam 27% do total. A soma dos dois atinge mais de 80% dos dispêndios.

Já os gastos relativos à dívida municipal, com Juros, Encargos e Amortização da Dívida, equivalem, em 2008, a 8% da despesa total, somando R\$977 milhões, com aumento progressivo a partir de 2006.

Os gastos com Investimentos e Inversões Financeiras são os mais maleáveis e dependentes do plano de ação do governante. Consideramos que as oscilações decorrentes de:

- Em 2003, compra de direitos sobre royalties de petróleo pertencentes ao estado do Rio;
- Em 2005, retração de início de mandato;
- De 2006 a 2007, investimentos para os jogos Pan-americanos;
- Em 2008, aumento da oferta de cartas de crédito pelo PREVIRO (quase seis vezes o valor de 2007).

Os limites legais

A priorização das despesas explícita as prioridades políticas do prefeito, no entanto, alguns direitos do cidadão devem ser garantidos independentemente destas escolhas, através do estabelecimento de limites mínimos de gastos para as áreas de saúde e de educação.

No caso da saúde o Rio cumpre a determinação constitucional, entretanto, no ensino a prefeitura carioca ignora as recomendações do Tribunal de Contas do Município (TCM) ao incluir despesas impróprias (pagamento de inativos) e subtrair receitas pertinentes. Em 2007, o TCM depurou essas ilegalidades e verificou a insuficiência do patamar mínimo. As contas de 2008 ainda estão sob análise.

Há também os limites máximos criados para restringir os gastos da máquina pública (pessoal) e da dívida. Em 2008, os gastos com pessoal (48,7%) se aproximaram de seu limite prudencial (51,3%), levando o TCM a emitir um alerta.

A dívida líquida, apesar de significativa em todo período, mantém-se abaixo dos níveis legais.

MUNICÍPIO DE NITERÓI

Como Niterói se financia?

Em 2008 a receita total atingiu R\$907 milhões, sendo 57% de receitas próprias e 43% de transferên-

Gráfico 1

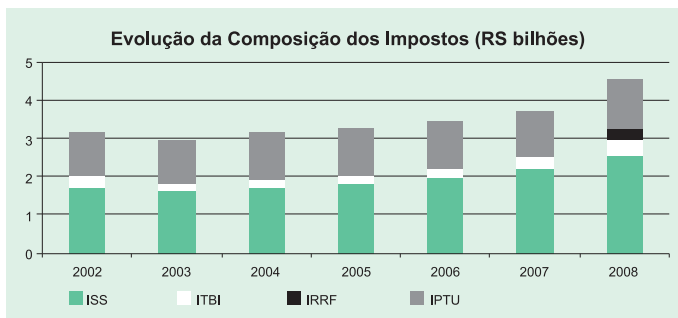
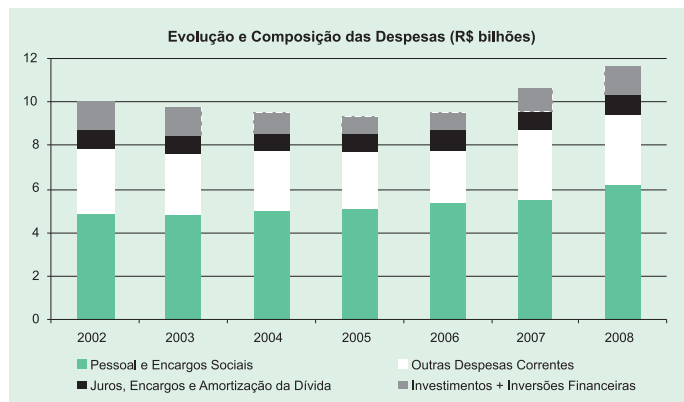


Gráfico 3



cias correntes. Cabe destacar o IPTU, que no período analisado (2006 a 2008)¹ contribuiu com 16% do total. O ISS apresenta uma média menor (11%), mas com participação crescente no período (13% da receita em 2008), com aumento de 46% quando comparado a 2006.

No que se refere às transferências correntes verificamos a importância do ICMS (em média 13% da receita total do período), do SUS (10%) e das receitas provindas da distribuição dos royalties do petróleo (7%)².

Com que o município gasta?

A despesa total em 2008 foi de R\$925 milhões, ultrapassando a receita recolhida em 1,8%. Os gastos de pessoal somados aos demais de custeio representam 95%. O gasto com Pessoal apresentou comportamento crescente tanto no valor absoluto - com aumento de 21% entre 2006 e 2008 - quanto no relativo - passando de 50% para 53% do total.

Os gastos com Investimento são significativamente baixos (5% em 2006 e 2007) e foram particularmente reduzidos em 2008 quando se investiu quase 30% a menos do que no ano anterior.

Em relação às despesas, verificou-se que sete funções - Saúde, Educação, Previdência, Administração, Saneamento, Urbanismo e Encargos Especiais - represen-

tam 90% dos gastos. Destaque para a comparação entre 2007 e 2008, um aumento de 6% nos gastos com fins educacionais assim como uma diminuição de 7% na execução com Saúde.

Com relação aos limites constitucionais no caso de ensino foi cumprido o limite mínimo (25%), já a Saúde está com 7 pontos percentuais a mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o financiamento das cidades analisadas podemos inferir uma relativa autonomia do Rio e Niterói se comparados aos demais municípios do estado, que têm, em média, taxa de participação das transferências correntes de 52% (período 2001-2005, calculados a partir de dados do Ipeadata). Apesar de uma dependência maior

de Niterói (43%) quanto às transferências, quando comparado ao Rio (35%), percebe-se que aquele município se encontra em situação favorável frente à média dos demais municípios fluminenses.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No caso do Estado do Rio, a análise da autonomia deste ente não se faz tão relevante já que o peso das transferências da união não é expressivo e as receitas próprias correspondem a cerca de 88%. Dessa forma, a análise deste ente será focada nos índices constitucionais.

A Constituição Federal de 1988 impõe como dever do Estado garantir e promover o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. A Emenda Constitucional (E.C) N° 29/2000 estabelece que os estados devem aplicar em ações e serviços de saúde 12% do produto da arrecadação de impostos deduzidas as parcelas que forem transferidas aos Municípios;

Nas Contas do exercício de 2008 o Estado do Rio afirma ter aplicado um percentual de 13,78% contudo, segundo o relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro esse percentual inclui algumas despesas que não são enquadradas como de ações e serviços públicos da saúde, sendo o

percentual com a correção dessas despesas de 13,67%.

Tal percentual é atingido, pois o Estado considerou na base de cálculo de suas receitas a dedução das transferências ao FUNDEB, contrariando a legislação prevista na E.C 29. Assim, a tabela demonstra o percentual correto de aplicação seguindo o estabelecido na emenda:

Tal interpretação é fruto do próprio acordo determinado pelo TCE cuja decisão no processo n° 115.525-4/07 aponta que a partir das contas de gestão referentes ao exercício de 2009, não se realize a dedução da base de cálculo dos gastos com saúde da parcela das transferências para o FUNDEB. Assim, para atender a esta decisão, o Estado deverá no exercício de 2009 retirar essa dedução da base de cálculo.

O ensino também tem estabelecido na Constituição um percentual mínimo de aplicação, 25% da receita de impostos e das transferências da união reduzidas os passes aos municípios.

Após uma série de revisões da despesa, o índice corrigido pelo TCE para aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino em 2008 ficou em 25,09%. Essa revisão carece de uma avaliação rigorosa do uso das despesas e das receitas pertinentes ao mando constitucional.

Diante do quadro apresentado e pelo histórico de irregularidades na contabilidade de receita e despesa dos índices constitucionais é crível supor que tanto o ensino quanto a saúde em nosso estado não foram contemplados com os recursos mínimos exigidos.

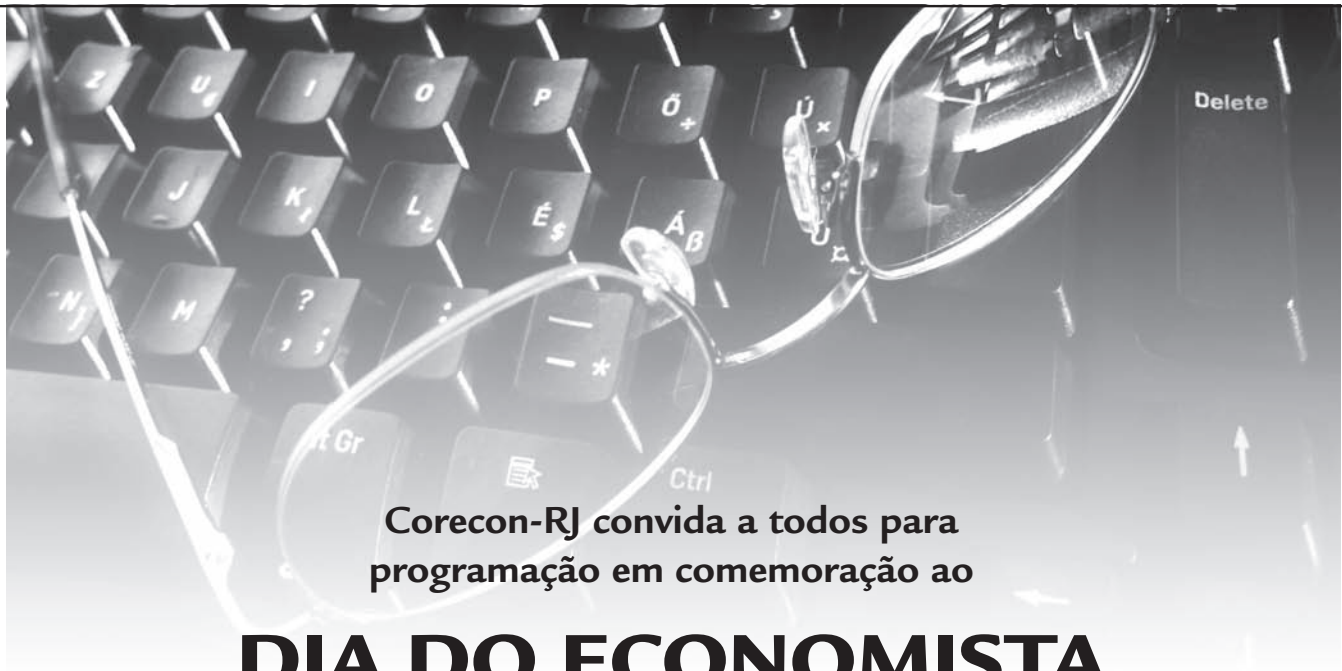
¹ Dados do TCE-RJ para os exercícios de 2006 a 2008, uma vez que a Prestação de Contas de Niterói é incompleta e controversa.

² Os cálculos das despesas com SUS e royalties se referem à média dos anos de 2006 e 2007 já que o TCE não desagregou as informações em 2008.

Gráfico 2

DISCRIMINAÇÃO	PC 2008	Valor Correto
RECEITA	23.937.383	23.937.383
(-) TRANSF. MUNICÍPIOS	5.186.811	5.186.811
(-) TRANSF. FUNDEB	2.775.182	
BASE DE CÁLCULO	15.975.389	18.750.572
VALOR APLICADO EM SAÚDE	2.201.450	2.201.450
ÍNDICE ALCANÇADO	13,78%	11,74%

Fonte: Conta de Gestão 2008



Corecon-RJ convida a todos para
programação em comemoração ao

DIA DO ECONOMISTA

13 de agosto

Auditório do Corecon-RJ: Av. Rio Branco, 109, 19º andar, Centro

17h30 – Cerimônia de Premiação do XIX Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado 2009:

1º Prêmio R\$ 2.760

2º Prêmio R\$ 1.650

3º Prêmio R\$ 1.120

18h30 – A crise e o desenvolvimento do Brasil - um debate sobre o presente e o nosso futuro:



– Lançamento do livro com apresentação de João Paulo de Almeida Magalhães

O Que Fazer Depois da Crise. A Contribuição do Desenvolvimento Keynesiano. João Paulo de Almeida Magalhães. Editora Contexto. São Paulo, 2009.



– Lançamento do livro com apresentação de João Sicsú. Diretor de Estudos Macroeconômicos do IPEA

Desafios do Desenvolvimento Brasileiro. Contribuições do Conselho de Orientação do IPEA. Orientador: José Celso Cardoso Jr. IPEA. Brasília, 2009. Colaboradores: Rubens Ricupero, João Paulo de Almeida Magalhães, Carlos Lessa, João Paulo dos Reis Velloso, Dércio Garcia Munhoz, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Demo, Wanderley Guilherme dos Santos, Cândido Mendes, Raphael de Almeida Magalhães.



– Lançamento do livro com apresentação de José Carlos de Assis
A Crise da Globalização. José Carlos de Assis. Editora Mecs. Rio de Janeiro, 2008.

– Palestra de Carlos Lessa.

Ex-presidente do BNDES e ex-reitor da UFRJ